

TELEMEDICINA E TELESSAÚDE NO BRASIL: SOLUÇÃO PARA O SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE?



Gabriela Kellen Silva Borges¹

Amanda Letícia Mota Mendes¹

Denise de Faria Lima Rossi¹

Patrícia Soares Bernardes¹

Angela Chaves de Oliveira Garcia¹

Vanessa Luzia Queiroz Silva²

Rafael Costa Pereira², Mateus Goulart Alves²

¹ Discente da Faculdade Atena Campus Passos

² Docente da Faculdade Atenas Campus Passos

Introdução

A telemedicina, de maneira histórica, sempre esteve centrada no uso de recursos tecnológicos de vídeo e áudio nas interações de médico para médico e, ainda, a partir de interações com métodos tradicionais, de médico para paciente. Todavia, tais recursos foram ampliados e o acesso multiprofissional estendido, determinando um campo mais amplo chamado telessaúde. Dessa forma, a telessaúde inclui a telemedicina, mas não exclui outros recursos multiprofissionais, tornando-se um vasto campo trazido pelo uso de tecnologias de informação e telecomunicação (CAETANO et al., 2020). Esse modelo tem o objetivo de aperfeiçoar a qualidade da Atenção Primária à Saúde (APS) com serviços de teleeducação e teleassistência, tornando mais eficiente a Estratégia Saúde da Família (ESF) (MASSUCATO et al., 2021).

No século XIX, instrumentos como telégrafo, serviços postais e, anos mais tarde, o telefone, possibilitaram a aproximação das pessoas e a melhoria nas trocas de informações e divulgação de serviços

médicos. Um século depois, com o surgimento da televisão e do rádio, essas trocas aumentaram consideravelmente. O maior destaque de possibilidades foi com a internet, a partir de 1990, que aumentou a agregação das necessidades de saúde (CELES et al., 2018). A telemedicina no Brasil surgiu nos ambientes de pesquisa e ensino em saúde nos anos 90 e foi chamada, inicialmente, de Disque Saúde na cidade de São Paulo, sendo uma possibilidade de fornecimento de informações. A partir daí, saltou para um benefício de atendimento e marcação de consultas e ampliou-se para outras regiões do país, como Contagem (MG), Vitória (ES), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC) (CAETANO et al., 2020).

No Brasil, a telessaúde utiliza diversos recursos, incluindo palestras por videoconferência com o intuito de fornecer educação permanente a outros profissionais de saúde e interconsultas (CELES et al., 2018). Este campo tem expandido consideravelmente nos últimos anos, porém, o caos instalado pela pandemia da COVID-19 em 2020 marcou o período de maior crescimento da

telessaúde, utilizada como refúgio para atingir melhores respostas à saúde frente à crise. Capaz de reduzir o tempo de atendimento, zerar os valores de transporte de pacientes e profissionais de saúde e diminuir as distâncias entre os profissionais especialistas e o paciente, o recurso da telessaúde conta com a flexibilidade das tecnologias digitais ajustando-se conforme o contexto social, podendo ser um importante instrumento de desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS) (CAETANO et al., 2020).

Apontada como artifício indispensável, a telessaúde demonstra ser eficaz em diminuir o fluxo de pessoas nos hospitais, o que resulta na redução do risco de contaminação de doenças infectocontagiosas e, ainda, em alcançar lugares de difícil acesso que antes estavam impossibilitados de contarem com assistência adequada (CAETANO et al., 2020). Contudo, diversos desafios precisam ser enfrentados para a efetivação do recurso da telessaúde no Brasil, uma vez que várias populações apresentam dificuldades de adaptação e de adquirir acesso tecnológico capaz de atender às demandas da telessaúde (ALVES et al., 2021).

Diante desse contexto, tornam-se claros os benefícios da telessaúde; contudo, considerando os aspectos brasileiros, é questionável se a maioria da população brasileira tem facilidade de acesso a esses serviços. Assim, este estudo objetiva identificar o alcance dessa modalidade no cenário brasileiro.

Materiais e Métodos

O estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que dispôs da seguinte pergunta norteadora: “A maioria da população brasileira tem facilidade de acesso aos serviços da telessaúde em 2021?”. A pesquisa foi realizada nas bases eletrônicas SciELO e LILACS em

novembro de 2021; foram utilizados os descritores: “Saúde conectada” e “Telesserviços em saúde”, cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), e o operador booleano AND, sendo encontrados 97 artigos. Os critérios de inclusão foram serem artigos de pesquisa completos e gratuitos, publicados em português, no período de 2020 e 2021, e que abordassem a temática. Foram excluídos os estudos de acesso restrito, publicados em outros idiomas e que não respondessem à pergunta norteadora. Durante a busca, foram lidos todos os títulos e resumos dos artigos encontrados, e todos que corresponderam aos critérios de inclusão foram lidos integralmente. No final, foram selecionados dois artigos para composição do estudo.

Resultados

Após a análise dos 97 artigos, foram incluídos dois artigos identificados na base eletrônica LILACS, distribuídos no período entre 2020 e 2021 e publicados no Brasil em português. Um dos estudos trata-se de uma pesquisa qualitativa a partir de uma análise documental e o outro baseia-se em um relato de experiência.

Autor (ano)	Objetivo
Menezes et al. (2020)	Analisar as orientações federais para organização de trabalho na APS e os modos de produção do cuidado através de fontes primárias oficiais, incluindo o Telessaúde Brasil Redes
Nascimento et al. (2021)	Relatar a partir de um olhar acadêmico as experiências vivenciadas no programa “Partiu Estágio” do governo da Bahia, direcionado à gestão da Atenção Básica e produção técnico-científica com Telessaúde Redes Brasil

Resultados	Conclusão
Apontam-se avanços na promoção da universalidade devido a ações relacionadas à formação profissional, ao acolhimento, ao estabelecimento de processos de avaliação e ampliação do escopo de ações	Há aproximações com a cobertura universal, evidenciadas pelo incentivo à implantação de equipes com redução da composição multiprofissional e flexibilização da carga horária, que dificultam a efetivação do SUS como política social inclusiva
O programa “Partiu Estágio” promoveu a aproximação entre universitários e Atenção Básica, enquanto o Telessaúde viabilizou a integração dos sistemas de informação em saúde. Entretanto, existem fragilidades, especialmente no que concerne à estrutura do Telessaúde e verbas para ampliação do programa	A relevância dos programas abordados é imprescindível, pois impacta na operacionalização da Atenção Básica; é importante aproximar estudantes de cursos da saúde a experimentarem os espaços de aprendizagem no SUS e na Atenção Primária

Discussão

O SUS foi instituído no Brasil pela Constituição Federal de 1988 com o dever de, como política social, garantir acessibilidade universal e

igualitária aos cuidados de saúde nos âmbitos de promoção, recuperação e proteção. Tendo como princípio a Universalidade, prevê a igualdade entre todas as pessoas, não levando em consideração classe social, econômica, gênero, cor/etnia, religião e, ainda, contando com a equidade para garantia de igualdade social. A saúde é um direito universal, contudo, problemas de acessibilidade dificultam sua efetivação (MENEZES et al., 2021).

O programa Telessaúde aplica os recursos tecnológicos de informação e comunicação com o objetivo de quebrar as barreiras geográficas e temporais. Torna possível diagnósticos a longas distâncias a partir de encaminhamento de registro e imagens de exames ou, ainda, de discussão e laudos com profissionais online em centrais receptoras. Ao fazer cumprir esses propósitos, a telessaúde promove e amplia o acesso aos cuidados em saúde, principalmente aos moradores de áreas remotas. O programa tem auxiliado de maneira expressiva a APS, apresentando grande relevância e podendo ser destacado como essencial na incorporação das tecnologias no SUS (NASCIMENTO et al., 2021).

É evidente, no entanto, que dificuldades de acesso aos serviços de telessaúde são falhas que impedem a confirmação do direito à saúde à totalidade dos brasileiros. É sabido que não são todos que possuem acesso ao uso das tecnologias relacionadas à telessaúde e, não menos frequente, há os brasileiros com acesso, porém com baixo ou nenhum conhecimento sobre

como e quando utilizar. O prejuízo destes fatores, nesse sentido, reflete em uma cobertura menor do que a estimada.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que há inúmeros benefícios no uso da telessaúde no âmbito do SUS. É um fator capaz de diminuir a ocupação de leitos hospitalares, permite um alcance maior de especialidades médicas em áreas onde antes não eram existentes, a aproximação do paciente e do profissional da saúde em meio a pandemias e a diminuição de custos de transporte de profissional e paciente. Porém, a cobertura ainda não alcança todos os brasileiros e tal fato caracteriza uma falha na universalidade pela iniquidade de acesso à saúde. Torna-se, dessa forma, indispensável a implementação de ações para minimizar essas diferenças sociais e intelectuais de acesso à saúde.

Referências Bibliográficas

ALVES, N. S. et al. Telessaúde com Idosos em Tempos de Pandemia: Experiência de uma Residência Multiprofissional. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 12, n. 1, p. e25627, ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/25627>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CAETANO, R. et al. Desafios e oportunidade para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 1-16, jun. 2020. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n5/e00088920/#>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

CELES, R. S. et al. A telessaúde como estratégia de resposta do Estado: Revisão sistemática. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 42, p. 1-8, ago. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/rpsp/2018.v42/e84/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MASSUCATO, M. A. O. et al. Telessaúde como ferramenta na formação médica durante a pandemia da COVID-19: relato de experiência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 1-6, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/dDWm3HhdcXbh4mQ6fZzR9Pj/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MENEZES, E. L. C. et al. Modos de produção do cuidado e a universalidade do acesso - análise de orientações federais para o trabalho das equipes da APS no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 5, maio 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n5/1751-1764/>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NASCIMENTO, R. S. et al. Vivências do estágio no programa telessaúde Bahia: Ênfase na qualificação das práticas dos profissionais da Atenção Básica. **Revista Odontológica de Araçatuba**, Araçatuba, v. 42, n. 1, p. 14-18, jan.-abr. 2021. Disponível em: <<https://www.apcdaracatuba.com.br/revista/2021/01/TRABALHO2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2021.